

RDVE Subholding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

RDVE Subholding S.A.

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RDVE Subholding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RDVE Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imobilizado

Veja as Notas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R\$ 1.302.208, divulgado na Nota explicativa nº 07.</p> <p>A Companhia iniciou suas operações durante o exercício e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado e transferências. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado;– Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado;– Circularização do saldo com o principal fornecedor de máquinas para o parque da Companhia.– -Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

RDVE Subholding S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.508	93	812	15	Fornecedores		5.276	13.385	-	-
Aplicações financeiras	5	-	415.757	-	2.591	Dividendos a pagar	15	13.636	1.010	13.636	1.010
Contas a receber de clientes	6	24.008	-	-	-	Debêntures	9	39.326	-	39.326	-
Dividendos a receber	15	-	-	15.271	951	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	4.265	5.767	-	25
Partes relacionadas - outros créditos	15	97	2.209	-	-	Obrigações fiscais		2.328	2.378	-	1
Outros créditos		8.023	5.050	277	90	Imposto de renda e contribuição social	17	2.320	-	-	-
						Obrigações trabalhistas		158	380	-	-
						Adiantamentos de clientes		8	-	-	-
						Outras contas a pagar		292	302	-	-
						Obrigações com arrendamentos		-	217	-	-
Total do Ativo Circulante		99.636	423.109	16.360	3.647	Total do Passivo Circulante		67.609	23.439	52.962	1.036
Aplicações financeiras	5	24.724	17.271	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	628.773	448.442	-	-
Outros créditos		352	4.777	-	-	Debêntures	9	440.238	430.268	440.238	430.268
Realizável a longo prazo		25.076	22.048	-	-	Obrigações com arrendamentos		-	48	-	-
Investimento	8	-	-	755.965	645.195	Provisão de desmobilização		12.140	-	-	-
Imobilizado	7	1.302.208	674.485	-	-	Total do Passivo Não circulante		1.081.151	878.758	440.238	430.268
Intangível		965	93	-	-	Patrimônio líquido	10				
		1.303.173	674.578	755.965	645.195	Capital social		235.287	214.237	235.287	214.237
Total do Ativo Não Circulante		1.328.249	696.626	755.965	645.195	Reserva legal		2.930	272	2.930	272
						Reserva de lucros a distribuir		40.908	3.029	40.908	3.029
Total do Ativo		1.427.885	1.119.735	772.325	648.842	Total do Patrimônio Líquido		279.125	217.538	279.125	217.538
						Total do Passivo		1.148.760	902.197	493.200	431.304
						Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.427.885	1.119.735	772.325	648.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Receita líquida de vendas	11	143.627	-	-	-
Custos operacionais	12	(53.823)	-	-	-
Lucro bruto		89.804	-	-	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(6.158)	(9.954)	(325)	(889)
Outras receitas (despesas) operacionais		112	(57)	-	-
Despesas operacionais		(6.046)	(10.011)	(325)	(889)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		83.758	(10.011)	(325)	(889)
Receitas financeiras	14	6.226	16.907	60	7
Despesas financeiras	14	(26.530)	(555)	(12.567)	(26)
Resultado financeiro		(20.304)	16.352	(12.507)	(19)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	65.995	6.339
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		63.454	6.341	53.163	5.431
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(10.291)	(910)	-	-
Lucro do exercício		53.163	5.431	53.163	5.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	53.163	5.431	53.163	5.431
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-
Resultado abrangente total	53.163	5.431	53.163	5.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		129.693	(9.774)	-	-	-	(1.120)	118.799
Capital subscrito		84.544	(84.544)	-	-	-	-	-
Capital integralizado		-	94.318	-	-	(13.181)	-	81.137
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	5.431	5.431
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	13.181	-	13.181
Destinação do lucro:								
Reserva legal	10	-	-	272	-	-	(272)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(1.010)	(1.010)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	3.029	-	(3.029)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		214.237	-	272	3.029	-	-	217.538
Capital subscrito	10	21.050	(21.050)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	10	-	21.050	-	-	(21.050)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	-	-	-	21.050	-	21.050
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	53.163	53.163
Destinação do lucro:								
Reserva legal	10	-	-	2.658	-	-	(2.658)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(12.626)	(12.626)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	37.879	-	(37.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		235.287	-	2.930	40.908	-	-	279.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		53.163	5.431	53.163	5.431
Ajustes para:					
Depreciação	7	22.057	1.617	-	-
Amortizações	12	33	-	-	-
Amortização de despesas antecipadas		1.393	-	-	-
Juros sobre desmobilização de ativos	14	161	-	-	-
Equivalência patrimonial	8	-	-	(65.995)	(6.339)
Rendimento de aplicações	5	(611)	(17.285)	-	(424)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	13.643	-	-	-
Juros sobre debêntures	9	12.459	-	12.459	-
Juros sobre mútuos obtidos	14	24	-	24	-
Juros sobre arrendamentos	14	1	64	-	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	511	1.763	-	-
Imposto de renda e contribuição social	17	10.291	910	-	-
Resultado da baixa de Arrendamento		-	(490)	-	-
		113.125	(7.990)	(349)	(1.332)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(24.008)	-	-	-
Outros créditos		(4.124)	(3.617)	(74)	(88)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		610	3.347	(26)	25
Fornecedores		(8.109)	13.088	-	(3)
Obrigações trabalhistas		(222)	352	(37)	-
Obrigações fiscais		(3.457)	1.454	(1)	2
Outras contas a pagar		534	330	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		74.349	6.964	(487)	(1.396)
Juros pagos sobre mútuos (amortização de juros)		-	-	(288)	-
Imposto pago sobre o lucro	17	(4.529)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		69.820	6.964	(775)	(1.396)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(24.172)	(1.211.556)	-	(18.523)
Resgates de aplicações financeiras	5	444.313	795.590	2.998	16.356
Aumento de capital em empresas investidas	8	-	-	(21.050)	-
Aquisição de investimento	8	-	-	-	(493.723)
Aquisição de imobilizado	7	(578.883)	(535.441)	-	341
Dividendos recebidos	8	-	-	3.805	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(158.742)	(951.407)	(14.247)	(495.549)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado		-	94.318	-	94.318
Captações de empréstimos e financiamentos	9	146.121	453.856	-	-
Captações de debêntures	9	-	430.000	-	430.000
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(5.341)	(6.538)	-	-
Custo de captação - debêntures	9	(5.231)	(27.367)	(5.231)	(27.367)
Arrendamentos pagos		(262)	(633)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	21.050	-	21.050	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		156.337	943.636	15.819	496.951
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		67.415	(807)	797	6
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	93	900	15	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	67.508	93	812	15
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		67.415	(807)	797	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A RDVE Subholding S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 21 de junho de 2021 por meio de absorção do acervo incorporado decorrente da operação de incorporação das ações das empresas Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Livia Energias Renováveis S.A., Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A., que passaram a ser suas subsidiárias integrais a partir de então. A Companhia tem como objeto social participar como acionista do capital social de outras sociedades que realizem atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação dos empreendimentos denominados EOL Ventos de Santa Léia 01, 03, 05 e 13; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir dos empreendimentos denominados EOL Ventos de Santa Léia 01, 03, 05 e 13; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 36.602, parte significativa desse valor é referente a debêntures, que serão amortizadas a partir do ano de 2024. O pagamento da dívida, e a consequente continuidade operacional do negócio, serão garantidos por meio de aportes de capital dos acionistas da Companhia.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Contribuindo com o processo de transição energética das empresas, A CDV Holding S.A. possui um produto de autoprodução de energia e, portanto, oferece uma participação societária de seus projetos para parceiros que desejam se tornar autoprodutores. Diante disso, em 20 de março de 2023, a RIMA Industrial S.A. exerceu seu direito de exercício de opção de compra de 21.766.848 ações do acionista CDV Holding S.A., passando a deter 0,93% do capital social da Companhia.

1.2 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

No dia 7 de outubro de 2023, a Companhia identificou o desligamento intempestivo de um dos dois transformadores de potência dos empreendimentos, o qual está desde então inoperante. Portanto, até a operação plena do transformador, a produção de energia sofrerá redução.

O equipamento encontra-se em garantia e todo o custo relacionado ao conserto, serviço e transporte será de responsabilidade do fornecedor do equipamento. A Companhia possui uma apólice de Risco Operacional com cobertura de lucro cessante. Desta forma, a Companhia comunicou a seguradora sobre o evento, que cobrirá a totalidade do lucro cessante resultante do material danificado. A apólice cobre as despesas adicionais com a compra de energia, sendo que existe uma franquia de 60 dias de lucro cessante.

A estimativa da Companhia é que o transformador volte a operar plenamente em junho de 2024.

1.3 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Rio do Vento Expansão (“RDVE”)

O projeto contempla a implantação de oito parques eólicos, dos quais quatro são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 534 MW, dos quais 268,6 MW são controlados pela Companhia, composto por 60 aerogeradores, do total de 120 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2 e 4.3. O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Norte. A construção foi iniciada em novembro de 2021, com início do comissionamento dos aerogeradores em 28 dezembro de 2022 e operação plena em 19 setembro de 2023, quando a totalidade da energia produzida passou a estar disponível ao sistema. As empresas que compõe o projeto sob controle da Companhia e a própria Companhia contam com financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste S.A. e mercado de capitais.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 2.8 – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes dos empreendimentos, conforme diretrizes do manual de controle patrimonial do setor elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”); e

- Nota 2.8 – provisão para desmobilização: determinar o prazo de operacionalização dos empreendimentos com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas Controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detêm o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Projeto	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% de participação no Capital Social	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rio do Vento Expansão							
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/12/2019	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%
Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/12/2019	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/12/2019	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/12/2019	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100,00%	100,00%

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem, nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, dividendos a receber e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar, dividendos a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com arrendamentos.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de “*impairment*” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pelas controladas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia constituíram provisão para desmobilização, considerando que há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento (Consolidado)

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. As controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais das controladas são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26): as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 9, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que estão sujeitos a *covenants* específicos, os quais são constantemente monitorados pela Administração, efetivando assim o seu fiel cumprimento durante a vigência dos contratos.
- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não possuem operações desta natureza.

- (c) Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas controladas de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e suas controladas aplicam a maior parte do caixa disponível.

A Administração do Grupo Casa dos Ventos (“Grupo CDV”) estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na Casa dos Ventos Comercializadora S.A (“Comercializadora”). Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos do Grupo CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos (“FIs”) da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuem em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2023	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de fundos de investimentos	67.443	Baixa do CDI	65.888	64.397
Efeito no resultado	5.849		4.294	2.803
Aplicações financeiras (vinculadas)	24.724	Baixa do CDI	24.568	24.415
Efeito no resultado	611		455	302
Debêntures	(479.564)	Alta do IPCA	(494.746)	(509.927)
Efeito no resultado	(54.527)		(69.709)	(84.890)
Empréstimos e financiamentos	(628.773)	Alta do IPCA	(639.945)	(651.116)
Efeito no resultado	(41.895)		(53.067)	(64.238)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	2	2	-	-
Bancos conta movimento	63	91	23	15
Aplicações financeiras – fundos de investimentos (a)	67.443	-	789	-
Total	67.508	93	812	15

- (a) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,32% a.a. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final.

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (a)	-	400.502	-	2.591
Aplicações financeiras – fundos de investimentos (b)	-	15.255	-	-
Aplicações financeiras vinculadas – BNB (c)	24.724	17.271	-	-
Total	24.724	433.028	-	2.591
Ativo circulante	-	415.757	-	2.591
Ativo não circulante	24.724	17.271	-	-

- (a) A Companhia e suas controladas, que em 31 de dezembro de 2022 estavam em fase de construção dos empreendimentos, mantiveram suas aplicações financeiras em fundos contratados, instrumentos de renda fixa de curto prazo, com baixo risco de crédito (CDBs e compromissadas), remuneradas a taxas entre 80% e 107% do CDI. Classifica-se os respectivos montantes em aplicações financeiras o que se refere a saldos da Companhia e de suas controladas quando em fase de construção dos empreendimentos. Neste estágio, o recurso aplicado se mantém integralmente comprometido para o pagamento de fornecedores de obras. No ano de 2023 a fase de construção do empreendimento foi plenamente concluída, o que resultou na liquidação financeira de custos relevantes com a montagem dos aerogeradores, motivo pelo qual houve o consumo integral do saldo em aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023.
- (b) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade acumulada até 31 de dezembro de 2022 foi de 5,02% acumulada desde a criação do fundo em 16 de agosto de 2022. Classifica-se os respectivos montantes em aplicações financeiras o que se refere a saldos da Companhia e de suas controladas quando em fase de construção dos empreendimentos. Neste estágio, o recurso aplicado se mantém integralmente comprometido para o pagamento de fornecedores de obras. No ano de 2023 a fase de construção do empreendimento foi plenamente concluída, o que resultou na liquidação financeira de custos relevantes com a montagem dos aerogeradores, motivo pelo qual houve o consumo integral do saldo em aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

- (c) As aplicações financeiras de longo prazo referentes a financiamentos obtidos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) são mantidas em contas de fundo de liquidez constituídos por meio de Contratos de Financiamento celebrados entre as controladas da Companhia e o BNB. Conforme previsto no instrumento de crédito, a Companhia deve retratar nestas demonstrações financeiras, o recurso existente em conta de reservas de Serviço da Dívida. Ademais, tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 12,09% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,45% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

b. Movimentação do saldo

Consolidado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	433.028	600
Rendimento de aplicações	611	17.285
Capitalização de rendimento de aplicação	11.285	-
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(59)	(823)
Aplicações financeiras	24.172	1.211.556
Resgates de aplicações financeiras	(444.313)	(795.590)
	<hr/>	<hr/>
Saldos finais	24.724	433.028

Controladora

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	2.591	-
Rendimento de aplicações	-	421
Capitalização de rendimento de aplicação	407	-
Aplicações financeiras	-	18.526
Resgates de aplicações financeiras	(2.998)	(16.356)
	<hr/>	<hr/>
Saldos finais	-	2.591

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	18.355
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	5.653
	<hr/>
Total	24.008

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não identifica-se perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e suas controladas não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fazendas terras	-	225	-	225	225
Edificações	3,33% a 4%	128.417	(1.898)	126.519	-
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	1.182.377	(19.561)	1.162.816	12
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	4	(2)	2	3
Veículos	20,00%	585	(290)	295	411
Torres anemométricas	10,00%	609	(95)	514	509
Ativo direito uso de terra	2,94% a 8,33%	2.183	(2.183)	-	289
Provisão de Desmobilização	2,86%	11.980	(143)	11.837	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	241.780
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	431.256
Total		1.326.380	(24.172)	1.302.208	674.485

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Fazendas terras	225	-	-	-	-	225
Edificações	-	-	128.417	-	(1.898)	126.519
Máquinas e equipamentos	12	-	1.182.365	-	(19.561)	1.162.816
Equipamentos de processamento de dados	3	-	-	-	(1)	2
Veículos	411	-	-	-	(116)	295
Torres anemométricas	509	63	-	-	(58)	514
Ativo direito de uso terra	289	599	(600)	(8)	(280)	-
Provisão de desmobilização	-	11.980	-	-	(143)	11.837
Imobilizado em andamento	241.780	38.934	(280.211)	(503)	-	-
Custos de empréstimos	-	58.829	(58.829)	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	431.256	539.886	(971.142)	-	-	-
Total	674.485	650.291	-	(511)	(22.057)	1.302.208

- (a) As controladas da Companhia iniciaram suas operações comerciais de forma plena e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Descrição	31/12/2021	Adições	Transferencias	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Fazendas terras	225	-	-	-	-	225
Máquinas e equipamentos	13	-	-	-	(1)	12
Equipamentos de processamento de dados	4	-	-	-	(1)	3
Veículos	528	-	-	-	(117)	411
Torres anemométricas	-	708	277	(428)	(48)	509
Ativo direito de uso terra	1.155	726	-	(142)	(1.450)	289
Imobilizado em andamento	6.495	198.345	41.807	(4.867)	-	241.780
Adiantamento a fornecedor	104.661	366.914	(42.084)	1.765	-	431.256
Total	113.081	566.693	-	(3.672)	(1.617)	674.485

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuem valores em adições que representam R\$ 71.408 (R\$ 29.485 em 31 de dezembro de 2022) que não apresentaram efeito caixa, referente a contratos de direito de uso de terrenos, provisão de desmobilização de ativos e custos de empréstimos e debêntures.

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Investidas	31/12/2023	31/12/2022
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	199.212	167.043
Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A	183.308	161.613
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	190.494	161.683
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	182.951	154.856
Total	755.965	645.195

b. Movimentação do saldo

Investida	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em controladas	Encargos de dívida capitalizados (b)	Depreciação encargos de dívida (b)	Distribuição de lucros (a)	31/12/2023
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	167.043	22.798	3.390	11.005	(142)	(4.882)	199.212
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	161.613	10.034	4.860	10.378	(134)	(3.443)	183.308
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	161.683	19.518	4.550	10.378	(134)	(5.501)	190.494
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	154.856	14.185	8.250	10.085	(130)	(4.295)	182.951
Total	645.195	66.535	21.050	41.846	(540)	(18.121)	755.965

Investida	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em controladas	Encargos de dívida capitalizados (b)	Distribuição de lucros	31/12/2022
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	31.659	(102)	128.309	7.177	-	167.043
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	29.315	2.315	123.567	6.769	(353)	161.613
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	28.852	2.015	124.336	6.769	(289)	161.683
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	28.965	2.111	117.511	6.578	(309)	154.856
Total	118.791	6.339	493.723	27.293	(951)	645.195

- (a) Durante o exercício de 2023 as controladas efetuaram pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$ 3.805, que teve efeito caixa no período.
- (b) A Escritura de Debêntures divulgada na nota 9, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para ativo imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações em 2023, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada como equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas. Outro impacto relevante é a reclassificação do saldo capitalizado durante todo o período da construção para o ativo imobilizado em serviço no balanço consolidado.

c. Saldos das controladas

		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	
	% Participação na data de aquisição	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	Resultado do ano de 2023
Investida					
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	100,00%	350.587	169.415'	181.172	22.798
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	100,00%	332.753	166.458	166.295	10.034
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	100,00%	342.185	168.704	173.481	19.518
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	100,00%	335.918	169.500	166.418	14.185
Total		1.361.443	674.077	687.366	66.535
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	
	% Participação na data de aquisição	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	Resultado do ano de 2022
Investida					
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	100,00%	296.148	136.282	159.866	(102)
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	100,00%	269.892	115.048	154.844	2.315
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	100,00%	270.668	115.753	154.915	2.015
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	100,00%	253.037	104.759	148.277	2.111
Total		1.089.745	471.842	617.902	6.339

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures destinados a implantação dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem ativos os seguintes contratos de dívidas:

Empréstimos e financiamentos

Controladas	Banco	Celebração do contrato	Início do pagamento	Vencimento	Valor contratado
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	150.970
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	144.005
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	151.000
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	154.002
Total contratado – empréstimos e financiamentos					599.977

Debêntures

Controladora	Celebração do contrato	Início pagamento	Vencimento	Valor
RDVE Subholding S.A	15/04/2022	15/10/2024	15/04/2038	430.000
Total contratado - debêntures				430.000

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Financiamento	642.997	454.980
Custo de captação – empréstimos e financiamentos		(14.224)	(6.538)
Empréstimos e financiamentos		628.773	448.442
Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Debêntures	512.162	457.636
Custo de captação – debêntures		(32.598)	(27.368)
Debêntures		479.564	430.268
Total		1.108.337	878.710

b. Movimentação da conta

BNB

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	<u>448.442</u>	<u>-</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	146.121	453.856
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13.643	-
Capitalização de juros - empréstimos e financiamentos	28.252	1.124
Custo de captação incorrido no exercício – empréstimos e financiamentos	(5.341)	(6.538)
Transferência do custo de captação – empréstimos e financiamentos	<u>(2.344)</u>	<u>-</u>
Saldos finais	<u>628.773</u>	<u>448.442</u>
Não circulante	628.773	448.442

Debêntures

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	<u>430.268</u>	<u>-</u>
Captações de debêntures	-	430.000
Capitalização de juros - debêntures	42.068	27.636
Juros sobre debêntures	12.459	-
Custo de captação incorrido no exercício – debêntures	<u>(5.231)</u>	<u>(27.368)</u>
Saldos finais	<u>479.564</u>	<u>430.268</u>
Circulante	39.326	-
Não circulante	440.238	430.268

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

BNB

Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
2025	12.722	2,0%	9.002	2,0%
2026	4.757	0,7%	3.367	0,7%
2027	7.683	1,2%	5.437	1,2%
2028	8.665	1,3%	6.131	1,3%
2029	7.823	1,2%	5.535	1,2%
2030	8.315	1,3%	5.883	1,3%
2031	8.659	1,3%	6.128	1,3%
2032	9.996	1,6%	7.074	1,6%
2033	11.730	1,8%	8.298	1,8%
2034	11.551	1,8%	8.167	1,8%
2035	11.469	1,8%	8.101	1,8%
2036	13.805	2,1%	9.773	2,1%
2037	21.892	3,4%	15.562	3,4%
2038	41.835	6,5%	29.684	6,5%
2039	56.685	8,8%	40.109	8,8%
2040	65.791	10,2%	46.553	10,2%
2041	69.134	10,8%	48.917	10,8%
2042	73.362	11,4%	51.893	11,4%
2043	78.411	12,2%	55.451	12,2%
2044	79.580	12,4%	56.252	12,4%
2045	39.131	6,1%	27.663	6,1%
Total parcelas – longo prazo	642.996	100%	454.980	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(14.223)		(6.538)	
Saldo total – longo prazo	628.773		448.442	

Debêntures

Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
2024	-	-	26.543	5,8%
2025	43.021	9,1%	38.441	8,4%
2026	35.339	7,5%	31.576	6,9%
2027	30.474	6,5%	27.229	5,9%
2028	33.291	7,0%	29.746	6,5%
2029	34.059	7,2%	30.434	6,7%
2030	33.290	7,0%	29.747	6,5%
2031	33.291	7,0%	29.746	6,5%
2032	33.291	7,0%	29.746	6,5%
2033	32.778	6,9%	29.289	6,4%
2034	35.083	7,4%	31.349	6,9%
2035	37.388	7,9%	33.407	7,3%
2036	39.436	8,4%	35.238	7,7%
2037	29.193	6,2%	26.086	5,7%
2038	22.279	4,7%	29.059	6,3%
Total parcelas – longo prazo	472.213	100%	457.636	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(31.975)		(27.368)	
Saldo total – longo prazo	440.238		430.268	

d. Garantias

Modalidade	Garantias
BNB	<ul style="list-style-type: none"> a. Garantias outorgadas ao BNB: fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida, até que determinadas condições sejam atingidas, e conta reserva (fundo de liquidez). b. Garantias outorgadas aos fiadores: alienação fiduciária de ações da respectiva companhia, alienação fiduciária dos aerogeradores da respectiva companhia; e cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes da autorização da respectiva companhia.
Debêntures	<ul style="list-style-type: none"> a. Penhor de ações da respectiva companhia; b. Penhor dos aerogeradores da respectiva companhia; c. Cessão fiduciária de direitos creditórios de receitas e contratos e direitos emergentes da autorização da respectiva companhia, e contas reserva; d. Fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida, até a conclusão físico-financeira do projeto.

A Escritura de Debêntures contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas encontra-se adimplentes com os *covenants* presentes nos contratos.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 235.287 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 214.237 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 235.286.755 ações ordinárias e preferencias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionistas						
CDV Holding S.A.	79,07%	186.053	188.307.073	80,00%	171.389	191.279.595
Ares Eyner Participações S.A.	20,00%	47.057	25.212.834	20,00%	42.848	22.957.160
RIMA Industrial S.A. (nota 1.1)	0,93%	2.177	21.766.848	-	-	-
Total	100,0%	235.287	235.286.755	100,00%	214.237	214.236.755

Aumento de capital

Em 13 de março de 2023, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito o montante de R\$ 21.050, sendo R\$ 16.840 pela CDV Holding S.A e R\$ 4.210 pela Ares Eyner Participações S.A, o qual foi plenamente integralizado com crédito de adiantamento para futuro aumento de capital.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a constituição dos dividendos obrigatórios no montante de R\$ 12.626 (R\$ 1.010 em 31 de dezembro de 2022).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	53.163	5.431
(-) Prejuízos acumulados	-	(1.120)
(-) Reserva legal (5%)	<u>(2.658)</u>	<u>(272)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>50.505</u>	<u>4.039</u>
Dividendos propostos	12.626	1.010

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou constituição de reserva legal no montante de R\$ 2.658 (R\$ 272 em 31 de dezembro de 2022), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 37.879 (R\$ 3.029 em 31 de dezembro de 2022).

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2023
Venda de energia	149.013
PIS e Cofins sobre vendas	(5.316)
ICMS e FECOP	<u>(70)</u>
Total	143.627

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2023
Custos com pessoal	(1.087)
Energia comprada	(14.387)
Depreciação	(21.340)
Amortização	(33)
Outros custos	(95)
Gastos operacionais – geração energia	(3.446)
Seguros	(1.446)
Gastos com propriedades	(1.305)
Gastos com manutenção	<u>(10.684)</u>
Total	(53.823)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços - pessoa jurídica (nota 15) (a)	(4.327)	(1.541)	(297)	(566)
Tributos e contribuições	(54)	(951)	(28)	(21)
Despesas com escritórios	(79)	-	-	-
Compartilhamento de despesa (nota 15)	-	(2.270)	-	(119)
Despesas legais	(38)	(1.060)	-	(183)
Taxa de manutenção com órgão regulador.	(54)	(2)	-	-
Depreciação	(717)	(1.617)	-	-
Despesas com imóveis	(44)	(2)	-	-
Despesas com informática e telecomunicações	(191)	(9)	-	-
Despesas com manutenção	(1)	(614)	-	-
Despesas com pessoal	-	(697)	-	-
Despesas com veículos	(88)	(104)	-	-
Despesas com viagens	(197)	(400)	-	-
Seguros	(368)	(638)	-	-
Outras despesas gerais ou administrativas	-	(49)	-	-
Total	(6.158)	(9.954)	(325)	(889)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4001 e R\$ 15 se referem a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A., consolidado e controladora, assim respectivamente, conforme citado na nota 15(a). Esses gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção dos empreendimentos e a entrada em plena operação comercial dos aerogeradores das controladas, demandando maiores desembolsos em regime de compartilhamento de despesas.

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira (a)	6.176	16.849	60	-
Outras receitas financeiras	50	58	-	7
Subtotal	6.226	16.907	60	7
Despesas financeiras				
Juros sobre desmobilização	(161)	-	-	-
Juros sobre mútuos	(24)	-	(24)	-
Tarifas bancárias	(81)	(265)	(6)	(26)
Juros sobre empréstimos e financiamento (a)	(13.643)	-	-	-
Juros sobre obrigações com arrendamentos	(1)	(64)	-	-
Juros sobre debêntures (a)	(12.459)	-	(12.459)	-
Outras despesas financeiras	(161)	(226)	(78)	-
Subtotal	(26.530)	(555)	(12.567)	(26)
Total	(20.304)	16.352	(12.507)	(19)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras e os juros sobre empréstimos e debêntures que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, pois estão sendo capitalizados em conta de ativo imobilizado.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	5.750	2.209	15.271	951
Contas a receber de clientes				
Venda de energia – partes relacionadas (nota 6)/(c)	5.653	-	-	-
Partes relacionadas – outros créditos				
Transações de condomínio (b)	97	2.209	-	-
Dividendos a receber	-	-	15.271	951
Passivo	22.831	6.777	13.510	1.035
Fornecedores				
Compra de energia – partes relacionadas (c)	5.056	-	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar				
Transações de condomínio (b)	4.265	5.767	-	25
Dividendos a pagar	13.510	1.010	13.510	1.010
Resultado	38.257	(2.270)	(15)	(119)
Receita líquida de vendas				
Venda de energia elétrica (c)	57.193	-	-	-
Custos operacionais				
Energia comprada (c)	(14.935)	-	-	-
Despesas gerais ou administrativas				
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(4.001)	-	(15)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(2.270)	-	(119)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contrato com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.
- (b) As controladas possuem gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuem operações de compra e venda de energia entre empresas partes relacionadas – Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV Holding S.A é a controladora final da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		67.508	67.508	93	93	812	812	15	15
Aplicações financeiras		24.724	24.724	433.028	433.028	-	-	2.591	2.591
Contas a receber de clientes		24.008	24.008	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	-	-	15.271	15.271	951	951
Partes relacionadas - outros créditos		97	97	2.209	2.209	-	-	-	-
Fornecedores		(5.276)	(5.276)	(13.385)	(13.385)	-	-	-	-
Dividendos a pagar		(13.636)	(13.636)	(1.010)	(1.010)	(13.636)	(13.636)	(1.010)	(1.010)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(4.265)	(4.265)	(5.767)	(5.767)	-	-	(25)	(25)
Outras contas a pagar		(292)	(292)	(302)	(302)	-	-	-	-
Obrigações com arrendamentos		-	-	(265)	(265)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(628.773)	(642.996)	(448.442)	(454.980)	-	-	-	-
Debêntures	Nível 1	<u>(479.564)</u>	<u>(525.585)</u>	<u>(430.268)</u>	<u>(430.268)</u>	<u>(479.564)</u>	<u>(525.585)</u>	<u>(430.268)</u>	<u>(430.268)</u>
Total		<u>(1.015.469)</u>	<u>(1.075.713)</u>	<u>(464.109)</u>	<u>(470.647)</u>	<u>(477.117)</u>	<u>(523.138)</u>	<u>(427.746)</u>	<u>(427.746)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de níveis 1 e 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado: O valor justo é estimado considerando os preços cotados atuais ou recentes para o mesmo título negociado em mercado secundário.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda corrente	(7.147)	(650)
Contribuição social corrente	<u>(3.144)</u>	<u>(260)</u>
Total	(10.291)	(910)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

No ano de 2022 as controladas da Companhia estavam em fase de construção dos empreendimentos e o regime tributário desse período foi o Lucro Real. Com base em estudos tributários, a Administração da Companhia optou pela mudança do regime tributário em 2023 para Lucro Presumido, período em que iniciou a operação plena dos aerogeradores em estágio comercial.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, em ambos os regimes tributários, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

Apuração dos impostos correntes - Lucro presumido	31/12/2023
Venda de energia	149.013
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	11.921
Outras receitas não operacionais (a)	17.429
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(7.147)
CSLL/alíquota de presunção	12%
CSLL/Lucro presumido	17.882
Outras receitas não operacionais (a)	17.429
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(3.144)
Apuração dos impostos correntes - Lucro real	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.341
Alíquotas nominais	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.156)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	
Equivalência patrimonial	(6.339)
Multas	-
Ativação de receitas financeiras	521
Ativação de despesas financeiras	(60.729)
Apuração do lucro real	(60.206)
Apuração dos impostos correntes	
Imposto de renda	(650)
Contribuição social	(260)
IRPJ e CSLL no resultado	(910)

(a) Trata-se de receitas financeiras. As diferenças de base da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14(a).

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	10.291	910
Impostos pagos sobre o lucro	(4.529)	-
Compensações no exercício	(3.442)	(910)
Saldos finais	2.320	-

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.